FAKE NEWS E INFOCRACIA: CRISE EPISTÊMICA E DESAFIOS À DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL

FAKE NEWS AND INFOCRACY: EPISTEMIC CRISIS AND CHALLENGES TO DEMOCRACY IN THE DIGITAL AGE

Vagner Gomes Ramalho
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGF/UFS); Professor de Filosofia do Ifal – Campus São Miguel dos Campos;
vagner.ramalho@ifal.edu.br
ORCID https://orcid.org/0000-0003-4441-9033

Certa manhã, ao despertar de sonhos intranquilos, Gregor Samsa encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso.
Kafka, *A metamorfose*.

Se tudo isso parece terrivelmente sombrio, é porque é mesmo. Em muitos aspectos, olhamos para um mundo que fugiu ao nosso controle – não só política como também tecnologicamente.
Hal Foster, *O que vem depois da farsa?*

RESUMO:

Este artigo investiga o papel estrutural das *fake news* nos ecossistemas digitais contemporâneos, argumentando que a desinformação não é meramente um subproduto das redes sociais, mas um sintoma de uma crise epistêmica mais profunda, possibilitada pela governança algorítmica (Han, 2022) e pela comodificação da atenção (Morozov, 2018). A partir de uma abordagem interdisciplinar que articula filosofia política e estudos de mídia, analisamos como a erosão da verdade no discurso público – compreendida como pós-verdade (McIntyre, 2019) – se entrelaça com o surgimento da infocracia: um regime em que o capitalismo de dados, e não a deliberação democrática, molda a realidade coletiva. Tomando o contexto brasileiro (como as eleições de 2018 e os ataques antidemocráticos de 2023) como estudo de caso, demonstramos como as arquiteturas das plataformas amplificam a polarização afetiva enquanto minam a integridade do debate público. Metodologicamente, o artigo combina crítica conceitual (de teóricos como Byung-Chul Han e Evgeny Morozov) com análise discursiva de exemplos empíricos, expondo o ciclo vicioso entre design algorítmico, manipulação política e o colapso dos padrões epistêmicos compartilhados. Por fim, propomos que a restauração da "integridade da rede" – conceito vinculado ao ethos científico original da internet – exige repensar a governança tecnológica para além das lógicas de mercado, privilegiando modelos que priorizem a resiliência democrática em detrimento das métricas de engajamento.

PALAVRAS-CHAVE: Fake news. Infocracia. Pós-verdade. Governança algorítmica. Democracia.

ABSTRACT:

This paper examines the structural role of *fake news* in contemporary digital ecosystems, arguing that disinformation is not merely a byproduct of social media, but a symptom of a deeper epistemic crisis enabled by algorithmic governance (Han, 2022) and the commodification of attention (Morozov, 2018). Drawing on critical philosophy and media studies, we analyze how the erosion of truth in public discourse – framed as *post-truth* (McIntyre, 2019) – intersects with the rise of *infocracy*: a regime where data capitalism, rather than democratic deliberation, shapes collective reality. Using the Brazilian context (e.g., the 2018 elections and the 2023 anti-democratic attacks) as a case study, we demonstrate how platform architectures amplify affective polarization while undermining the integrity of public debate. Methodologically, the article

combines conceptual critique (of key theorists like Byung-Chul Han and Evgeny Morozov) with discourse analysis of empirical examples, exposing the feedback loop between algorithmic design, political manipulation, and the collapse of shared epistemic standards. Ultimately, we propose that restoring the *integrity of the network* – a concept rooted in the internet's original ethos of scientific collaboration – requires rethinking technology governance beyond market logics, toward models that prioritize democratic resilience over engagement metrics.

KEYWORDS: Fake news. Infocracy. Post-truth. Algorithmic governance. Democracy.

INTRODUÇÃO

Certo dia, algum Gregor acordou com o som alto de uma sequência de *bips*, virou para o lado e viu num display com um neon vermelho não muito grande que já era 6h da manhã. Apertou um botão nesse mesmo dispositivo que ficava na mesinha de cabeceira, ligado à rede elétrica por meio de um fio, e então os *bips* pararam. Se você lembrou de um rádio relógio que lhe ajudava a acordar pela manhã – um dispositivo *high tech* para os padrões da época –, é bem provável que você tenha nascido antes de meados dos anos de 1990.

Em nossos dias, essa paisagem já quase kafkiana é algo considerado retrô, usual mais pelo seu apelo estético do que pelas suas funcionalidades. Em nossos dias, costumamos ser acordados com melodias menos estridentes que soam a partir dos *smartphones*, pequenos dispositivos que possuem capacidade de processamento de dados muito superior em relação aos dispositivos dos anos de 1990 e que, por configuração de fábrica, costumam permanecer continuamente conectado à internet.

Esses pequenos dispositivos fazem parte de uma infraestrutura tecnológica altamente pervasiva e são capazes de reunir funções tomadas como imprescindíveis, as quais registram dados sobre boa parte das nossas vidas. Agendas conectadas, fotos geolocalizadas, mensagens e compartilhamentos, históricos de buscas e compras, a hora que vamos dormir, se roncamos, os hábitos noturnos, dados biométricos de toda sorte, quantidade de passos, ritmo cardíaco, rotina de atividades físicas, hábitos, todos os hábitos possíveis. Tudo que passa por esses dispositivos é capturado para uma infraestrutura gigantesca em contínuo crescimento, onipresente e invisível aos nossos olhos. A infraestrutura gigantesca atende pelo nome genérico de internet.

Sobre esse sistema e sua pervasividade, segundo Mark Weiser, "As tecnologias mais profundas são aquelas que desaparecem. Elas se entrelaçam com o tecido da vida cotidiana até se tornarem indistinguíveis dela" (WEISER, 1991, p. 94). Parece que esse tem sido o destino dado às tecnologias de comunicação e automação. Elas têm ficado invisíveis e suas funcionalidades afixadas em nossos modos de vida.

É inegável que as funcionalidades proporcionadas pela internet e as novas tecnologias mudaram nossas vidas. Também é inegável que essa infraestrutura conectada vem continuamente alterando a forma como percebemos o mundo, a cada dia funcionando mais como repositório de

informações que são utilizadas como fontes sobre o mundo capazes de fomentar uma espécie de construção de noção compartilhada de realidade.

Um dos problemas a serem apontados nessa construção coletiva é a capacidade que os mecanismos da rede agregam em possibilitar múltiplas noções compartilhadas, incluindo aí muitas noções desqualificadas para o debate do que é o real, pois não exprimem reflexões interessadas com valores capazes de nortear a construção do conhecimento, mas sim fomentar compreensões equivocadas, conquanto são destinadas a essa finalidade.

É interessante observar que, embora a Internet tenha se originado como um projeto militar, ela nasceu com um viés voltado à pesquisa científica. Nas suas primeiras conexões, buscava-se acelerar o compartilhamento de dados entre laboratórios e, ao mesmo tempo, assegurar a integridade dos pacotes transmitidos – isto é, garantir a fidelidade da informação. Em outras palavras, nos primórdios da rede, havia um compromisso com a qualidade e a confiabilidade dos conteúdos ali veiculados. Essa preocupação ia além da mera transmissão de pacotes de dados íntegros, mas sim com a integridade do próprio conjunto de informações que compunha a rede.

Nos dias de hoje a internet também passou a ser caminho de veiculação contínua de informações inverossímeis, por vezes com o propósito de capturar a atenção com o único objetivo de desinformar. Com objetivos de controle da atenção e das reações oriundas dessas compressões equivocadas, atualmente muito se compartilha informações que não se coadunam com ideais de democracia e liberdade, congregando forças contrárias ao próprio desenvolvimento humano.

Metodologicamente, este artigo adota uma abordagem qualitativa de análise crítica, combinando revisão bibliográfica de autores fundamentais para a compreensão aqui proposta (como Han, Morozov e Avritzer) com a discussão de casos empíricos emblemáticos – como a eleição de 2018 no Brasil e o ataque às instituições democráticas em 2023. A análise apresentada busca articular filosofia política, teoria da comunicação e estudos de tecnologia para examinar como desinformação digital opera como sintoma de uma crise epistêmica ampliada pela infraestrutura algorítmica da rede. Privilegia-se a desconstrução de discursos midiáticos e a reflexão teórica sobre os conceitos de pós-verdade e infocracia, sem perder de vista sua materialidade política. A seleção dos casos brasileiros justifica-se pela exemplaridade de como a desinformação se tornou estratégia de poder, revelando as fissuras entre tecnologia, democracia e capitalismo digital.

1. DA INTERNET NO BRASIL À REDE DE *FAKE NEWS*

> A Internet teve início como um projeto de governo. No final da década de 60, o governo dos Estados Unidos financiou o desenvolvimento do Defense Advanced Research Project Agency Network (DARPA Net). Por volta do meio da década de 70, com a invenção do TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol), esta rede evoluiu para o que hoje é conhecida como Internet. Um dos princípios

> fundamentais da Internet é sua natureza distribuída: pacotes de dados podem seguir caminhos diferentes através da rede, evitando barreiras tradicionais e mecanismos de controle. Este princípio tecnológico foi acompanhado de uma abordagem similar de regulação da Internet em suas fases iniciais: a Internet Engineering Task Force (IETF), estabelecida em 1986, conduziu o avanço do desenvolvimento da Internet por meio de um processo de tomada de decisão baseado na cooperação e no consenso, envolvendo uma extensa variedade de pessoas. Não havia governo central, nem planejamento central, e nenhum projeto grandioso (JOVAN, 2016, p. 22).

A chegada da Internet no Brasil se deu em virtude de iniciativa da FAPESP e do *Fermi National Accelerator Laboratory* — Fermilab, que estava situado próximo a Chicago – Illinois, nos EUA. A conexão, feita por uma trama de fios de cobre, servia apenas para envio de comunicações eletrônicas (e-mails) e começou a funcionar no início de 1991, ligando também à rede o Laboratório Nacional de Computação Científica — LNCC, no Rio de Janeiro. A conexão inicial era bem diversa do que vemos hoje, marcadamente restrita a um uso acadêmico.

Dada a natureza das atividades desenvolvidas nos laboratórios conectados na primeira rede brasileira e o fato de que essa conexão era acessória ao desenvolvimento científico, no contexto de desenvolvimento da primeira rede é possível supor que havia uma preocupação com uma regulação autônoma da rede, esta voltada para a pesquisa científica. Essa autorregulação visava ao correto compartilhamento das informações, prezando sempre pela integridade do que se era informado. Temos aí o registro de um valor importante para a comunicação científica: o compromisso com a integridade da informação.

Com as primeiras implementações de mais nós, a transmissão de comunicações entre os usuários da rede se dava de forma colaborativa, sendo necessários envios conjuntos de diversos pontos. Por exemplo, se alguém precisasse ou quisesse encaminhar uma informação do ponto A para o ponto D, necessariamente precisaria encaminhar primeiro para o ponto B, onde alguém desse ponto enviaria para o C e, somente então, alguém do C enviaria ao D. Esse sistema só funcionaria corretamente a partir do respeito entre os valores compartilhados naquele grupo que assegurasse que a informação chegaria sem ter sido corrompida.

Na rede de nossos dias se propagam diariamente uma enxurrada de conteúdo desinformativo. Essa corrente de notícias falsas se dissipa pela rede por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, tanto em formato de texto quanto com links para matérias de sites duvidosos, imagens, memes e vídeos que estão em canais de influenciadores digitais. Uma característica presente nessa torrente é que as mensagens se valem de sentimentos em detrimento de fatos.

Tais sentimentos são capazes de engajar as pessoas usuárias do sistema, fazendo com que as mensagens cheguem cada vez mais longe. Podemos considerar que o engajamento é oriundo das crenças que essas postagens são capazes de mobilizar. A capacidade de acreditar em algo mesmo que seja patentemente sem sentido, tem sido analisado recentemente por autores sob o prisma do conceito

de “pós-verdade”. Segundo esse entendimento a era digital permitiu novas interações sistêmicas em torno da noção de verdade, numa relação que podemos inferir ser de conveniência. Isto porque,

> Nesta era de “fake news” é possível que as pessoas não apenas evitem visões que conflitam com as suas próprias, mas quase vivam em uma realidade alternativa, onde suas visões preferidas são positivamente reforçadas e visões opostas são minadas. Assim, as ideologias políticas e religiosas – mesmo onde elas pisam em questões empíricas – são cada vez mais “livres de fatos” e refletem uma obstinação para moldar a realidade em relação a elas (MCINTYRE, 2019, p. 105, *tradução nossa*).

Esse tipo de conteúdo são informações construídas com a finalidade de provocar crenças em razão das emoções que elas mobilizam e estão intimamente relacionadas ao contexto de pós-verdade que se expande por meio das formas de interação em rede.

A noção de pós-verdade ajuda a compreender por que informações inverídicas são tão amplamente aceitas. Parte desse fenômeno se explica pela forma como as informações são organizadas e acessadas online. Com o suporte de uma inteligência algorítmica, os conteúdos se disseminam de maneira individualizada, especialmente por meio dos motores de busca. A partir do rastreamento de dados previamente coletados, cada usuário passa a operar como uma espécie de matriz semântica – seus interesses, padrões e vieses são identificados e usados para moldar os resultados que lhe são apresentados.

Ademais, na dinâmica atual da internet, o usuário deixa de ser apenas receptor passivo de informações e passa a ocupar o papel de produtor, o que também se traduz na noção de matriz semântica, pois torna-se o eixo a partir do qual os sistemas interpretam, organizam e entregam conteúdos. Essa transformação ocorre na medida em que cada ação do usuário – cliques, curtidas, buscas, comentários e compartilhamentos – é capturada, registrada e processada por algoritmos que aprendem com esses comportamentos. A partir daí, constrói-se um perfil semântico altamente particularizado, que serve como base para determinar quais conteúdos serão apresentados. O usuário, nesse modelo, estrutura o significado da rede também a partir de sua própria trajetória informacional.

Byung-Chul Han (2022) descreve esse processo como um dos pilares daquilo que chama de infocracia: um regime em que o excesso de informação não leva à emancipação, mas à desorientação. Para ele, o problema contemporâneo não é a falta de informação, mas a ausência de critérios para discerni-la — o que gera uma inflação do dado e um colapso da verdade. Ao serem tratados como meros dados a serem explorados economicamente, os indivíduos tornam-se "sujeitos de desempenho", vigiados de forma voluntária e participativa. A vigilância não é mais imposta de fora, como em regimes totalitários clássicos, mas é internalizada, normalizada e até desejada, uma vez que os usuários se entregam espontaneamente ao sistema por meio de seus rastros digitais.

Nesse sentido, o usuário/matriz semântica é, simultaneamente, produto e produtor da própria

alienação informacional. Ele contribui para a sua própria manipulação, uma vez que os sistemas de recomendação são alimentados por suas interações, que por sua vez retornam sob a forma de conteúdos sob medida, reforçando uma lógica de espelho e não de abertura ao outro. Para Han (2022), essa lógica fecha o sujeito em si mesmo, eliminando o conflito, a alteridade e, portanto, a possibilidade de construção coletiva de verdade. A noção de verdade, nesse regime, cede lugar ao dado que mais engaja – e a democracia, por consequência, se vê ameaçada por uma cultura algorítmica que transforma informação em mercadoria e o cidadão em consumidor de sentido.

A imensidão de dados disponíveis na internet não se traduz em maior clareza ou conhecimento. Pelo contrário, como aponta ainda Byung-Chul Han (2022), vivemos uma época de infocracia: um excesso de informação que desorienta ao invés de esclarecer. A desorganização não é apenas técnica, mas semântica e política. As informações que circulam são frequentemente contraditórias, desconectadas de contextos e esvaziadas de critérios epistemológicos. O que determina a visibilidade de um conteúdo em uma busca não é sua veracidade, mas sua capacidade de gerar engajamento. Cada resultado apresentado ao usuário foi previamente filtrado por algoritmos que priorizam o que tem maior probabilidade de ser clicado – aquilo que confirma e agrada, e não aquilo que desafia e informa.

Esse modelo opera sob a lógica da economia da atenção, na qual o engajamento é a nova moeda. Cada clique, visualização ou compartilhamento é convertido em lucro para plataformas digitais que monetizam o comportamento do usuário. O sistema, assim, não busca formar cidadãos críticos, mas consumidores cativos. O que é entregue ao usuário não é um panorama plural da realidade, mas uma versão algoritmicamente modulada de mundo, construída sob medida a partir de seus dados, crenças e emoções. É nesse ambiente filtrado e emocionalmente carregado que a desinformação encontra terreno fértil: não apenas circulam, mas é estrategicamente otimizada para viralizar, muitas vezes com maior eficácia do que as informações verificadas.

A disseminação da desinformação, deste modo, não é um acidente de percurso, mas uma característica estrutural da dinâmica atual da rede. A chamada era da pós-verdade emerge como efeito colateral – ou talvez como subproduto desejado – de um sistema que valoriza a intensidade da reação mais do que a consistência do argumento. A verdade perde terreno diante de narrativas que geram cliques, compartilhamentos e fidelização. O espaço público, que deveria ser o lugar do debate racional e da construção coletiva do conhecimento, transforma-se em uma arena fragmentada, dominada por bolhas informacionais e discursos afetivos.

Nesse cenário, a verdade não é mais combatida frontalmente, mas dissolvida em meio ao ruído: a transparência total não gera verdade, mas uma crise da verdade (HAN, 2018). A pós-verdade, nesse sentido, é menos uma mentira explícita do que um colapso da distinção entre fato e opinião, entre dado e sentido. E é justamente nesse colapso que se fragiliza a possibilidade de uma democracia

deliberativa, pois sem um solo comum de significados e critérios, o diálogo político se desintegra, cedendo espaço à polarização, ao ressentimento e à manipulação emocional em escala algorítmica.

2. O PROBLEMA DAS *FAKE NEWS* É O PROBLEMA DA INTEGRIDADE DA REDE

Diante da forma como a internet vem sendo estruturada, i.e., orientada por algoritmos de engajamento, pela lógica da vigilância comportamental e pela monetização da atenção, as *fake news* não são um desvio inesperado, mas sim um de seus produtos mais previsíveis. Quando a relevância é medida por cliques e não por critérios de veracidade, e quando a informação é personalizada para reforçar crenças pré-existentes, no mínimo cria-se um ambiente fértil para a proliferação de discursos emocionalmente carregados e altamente compartilháveis, embora falsos. Elas se moldam perfeitamente às suas engrenagens técnicas, econômicas e simbólicas.

Podemos considerar que há um problema complementar ao da disseminação de informações falsas: quem está por trás delas? Plataformas amplamente utilizadas para esse tipo de circulação, como YouTube, WhatsApp e Facebook, não operam de forma neutra ou autônoma, elas dependem de um fluxo constante de interações e da publicação contínua de conteúdos. Por trás da desinformação há, sendo assim, algum tipo de inteligência, seja algorítmica, política ou econômica, que é convenientemente ignorada pelas grandes empresas de tecnologia, sobretudo quando as postagens alcançam grande repercussão.

No desenrolar cotidiano desses mecanismos de propagação, do ponto de vista econômico, pouco importa se a informação é verdadeira ou falsa: o que conta é o alcance. A lógica é simples: quanto mais curtidas, comentários e compartilhamentos, maior o engajamento; e engajamento, nesse contexto, significa dados, atenção e, sobretudo, lucro. A informação tornou-se a "*commodity*" central da era digital.

A dúvida sobre quem lucra com a desinformação organizada, contudo, não é apenas retórica, ela revela uma engrenagem carregada de interesses. Alguém está ganhando com a desinformação, mesmo que isso ocorra às custas da democracia ou da própria coesão social. Presidentes têm sido eleitos por meio de campanhas baseadas em notícias falsas; decisões judiciais são influenciadas por pressões populares calcadas em boatos; abusos são naturalizados; e vírus continuam sendo disseminados em meio ao negacionismo.

Atos antidemocráticos, como a invasão do Capitólio nos Estados Unidos e os ataques às sedes dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, foram orquestrados em grande parte por meio da desinformação articulada nas redes sociais. Em paralelo, o setor tecnológico continua a expandir seus lucros, o que demonstra que nem todos perdem com a proliferação da desinformação.

A desinformação vem minando a democracia há anos, mas sua ação desestabilizadora tem se

intensificado à medida que a informação se converte em *commodity*. Como já discutido, a verdade torna-se irrelevante diante da lógica do engajamento: o que importa não é o conteúdo em si, mas o número de curtidas, compartilhamentos e reações que uma postagem pode gerar. Essa dinâmica fundamenta uma economia de dados na qual o valor da informação está atrelado não ao seu rigor ou consistência, mas ao seu potencial de alcance e ao volume de dados extraídos dos usuários.

Nesse cenário, esse conteúdo desinformativo alimenta a polarização e contribui para a escalada da violência simbólica e material. Ao amplificar discursos inflamados e simplificar complexidades em narrativas maniqueístas, torna mais fácil a identificação de inimigos imaginários, fragilizando a convivência democrática. É nesse ponto que o impacto desinformação se torna mais grave: ao deslocar o debate público do campo da razão para o da reação, elas introduzem no jogo político um secto raivoso, hostil ao dissenso e impermeável ao diálogo racional, comprometendo os fundamentos deliberativos sobre os quais deveria se assentar uma democracia.

> A política envolve um elemento em última instância de reconhecimento do outro, que ancoraria as instituições democráticas, segundo defendem os autores da perspectiva agonística. Nesse caso, o Estado moderno não seria, tal como Schmitt argumentou, o local do exercício da inimizade, mas envolveria também a possibilidade de uma construção democrática a partir de objetivos comuns (AVRITZER, 2019, p. 112).

Essa perspectiva a qual Avritzer se refere tem sido pouco vista nos dias de hoje. O que temos na ordem do dia é uma constante torrente contra as instituições democráticas que corre *pari passu* com a escalada do fascismo, da facilitação da aquisição de armas e os discursos inflamatórios da casta política que comanda o país desde o Poder Executivo. Quem perde as disputas eleitorais, por exemplo, reivindica um direito torto de questionar todo o processo democrático e quem ainda não perdeu pode criar um pano de fundo que justifique algum tipo de álibi caso perca no futuro. É paradoxal, mas o debate público tem feito com que a política negue a política, como se tudo fosse uma disputa entre rivais onde o jogo sempre pode ser levado ao "terceiro tempo".

Avritzer pega emprestado a perspectiva arendtiana para questionar se há conexão com a propagação de discursos inflamatórios na internet. Em relação às teses de Arendt sobre as estruturas abstratas do mal, em conjunção com o que verificamos no Brasil, ele afirma:

> Esse parece ser um elemento bastante forte na atual conjuntura no Brasil, onde a violação de direitos e atentados contra a liberdade de expressão têm sido realizados pelo assim chamado "homem comum". São vizinhos, médicos, membros do sistema de justiça aqueles que estão por trás da forte intolerância existente na sociedade brasileira. [...] Para Bauman e Arendt, uma parte da violência contemporânea não vem do modelo do tirano oriental, mas do próprio acertamento da autonomia individual e da falsa ideia de um bem maior em nome do qual a violência pode ser praticada. Assim, encontramos a segunda dimensão da "banalidade do mal" arendtiana – o fato de o individuo que é um "bom vizinho" ou, por que não dizer no Brasil de hoje, um médico exemplar ou um juiz bem-intencionado ser ao mesmo tempo a fonte da

> violência explícita ou de sua forma mais contemporânea a violência cibernética (AVRITZER, 2019, p. 114-115).

Em alinhamento com o que aponta Avritzer, temos presenciado os efeitos da intensificação do discurso político polarizado, amplificado pelo uso massivo das redes sociais. Longe de sinalizar uma resolução dos impasses políticos acumulados nos últimos anos, esse ambiente alimenta novas formas de tensão. Exemplo disso são os ataques reiterados às instituições democráticas, muitos deles articulados com a criação de acampamentos montados em frente a quartéis, em diversas cidades brasileiras, no final de 2022. Nessas manifestações, autodenominados "patriotas", orgulhosos de suas camisetas amarelas não hesitaram em propagar falsidades em defesa de medidas autoritárias, como a intervenção militar, resgatando – e legitimando – símbolos e discursos da ditadura, em um cenário grotesco que passou a se tornar recorrente.

Essa contínua organização a partir de um discurso galgado nas interações da rede, radicaliza o debate público e ilustra bem a culminância com um processo de fragmentação nas formas de reivindicação política. As demandas coletivas vão sendo substituídas por pautas estritamente pessoais, em um movimento em que se perde a capacidade de reconhecer no outro um sujeito com necessidades semelhantes. Esse fenômeno, em grande medida, decorre da disputa entre narrativas que dominam o espaço digital, onde a segmentação algorítmica isola perspectivas e reforça convicções individuais. Assim, a arena política se torna cada vez mais disfuncional, marcada por confrontos afetivos, esvaziamento do diálogo e corrosão dos vínculos de pertencimento coletivo – sintomas evidentes de uma democracia em crise.

3. INTEGRIDADE DA REDE E DEMOCRACIA

Em decorrência dos problemas até aqui elencados, encontramos outros ainda mais nocivos, como o problema que a rede representa para a democracia de uma forma geral. Segundo Morozov,

> A grande ameaça que circunda as sociedades ocidentais hoje não é a emergência da democracia não liberal fora delas, e sim a persistência de democracias imaturas em seu interior. Essa imaturidade, exibida quase cotidianamente pelas elites, se manifesta em dois tipos de negação: a negação das origens econômicas da maior parte dos problemas de hoje; e a negação da corrupção inerente à *expresse* profissional. O primeiro tipo se manifesta sempre que fenômenos como o Brexit ou o sucesso eleitoral de Donald Trump são atribuídos principalmente a fatores culturais, como o racismo ou a ignorância dos votantes. O segundo tipo nega que a imensa frustração que muitas pessoas sentem com relação às instituições existentes parte não do fato de ignorarem como essas instituições operam, e sim porque sabem até demais sobre isso.
> Cegos por essas duas negações, aqueles que desenvolvem as políticas prescrevem mais daquilo que originalmente aliena os votantes: mais *expertise*, mais centralização, mais regulamentação. Entretanto, como não conseguem pensar nos termos da economia política, inevitavelmente acabam por regular as coisas erradas.

> […] O segundo tipo de negação fecha os olhos à corrupção do conhecimento especializado. Quando *thinktanks*[1] aceitam de bom grado o financiamento de governos estrangeiros; quando empresas de energia financiam pesquisas questionáveis sobre as alterações climáticas; quando até a rainha — que populista, ela! — questiona a profissão dos economistas como um todo; quando a mídia usualmente acata ordens vindas de agências de relações públicas e assessores políticos; quando reguladores financeiros e comissários europeus largam seus empregos para trabalhar em Wall Street — poderíamos mesmo culpar os cidadãos por estarem céticos com relação aos "especialistas"? (MOROZOV, 2018, p. 183-185).

Os efeitos nocivos dos discursos polarizados na democracia frequentemente se apoiam, ao menos em parte, em críticas dirigidas às próprias instituições que deveriam resguardá-la. Não raramente, esses discursos buscam se justificar explorando a ideia de que determinadas instituições democráticas foram capturadas por interesses político-eleitorais, afastando-se de sua função pública essencial. Casos de corrupção, aparelhamento partidário e uso estratégico de decisões institucionais para fins eleitorais alimentam o ressentimento e a descrença popular, fornecendo combustível para narrativas que deslegitimam o sistema como um todo. Assim, a insatisfação com as práticas de gestão pública passa a ser instrumentalizada por atores que, sob a retórica da indignação, acabam por corroer os próprios pilares da democracia que afirmam defender.

Se pode pensar que estruturas como os *think tanks* são "fenômenos" que surgem espontaneamente no cenário político e intelectual. No entanto, se assim for, negligencia-se o fato de que esses laboratórios de pensamento são, em grande medida, financiados por grandes corporações que, como já discutido ao longo deste texto, operam segundo interesses muito bem definidos. Esses grupos se valem da internet como um meio eficaz para propagar suas ideias – o que, à primeira vista, pode parecer parte legítima do debate democrático. Contudo, é preciso reconhecer que o espaço digital, tal como está estruturado, nem sempre favorece discussões qualificadas; ao contrário, privilegia conteúdos com forte apelo emocional em detrimento de argumentos fundamentados.

Embora não se possa afirmar que os *think tanks* sejam os principais responsáveis pela enxurrada de desinformação que nos atinge, é razoável dizer que se beneficiam dela, contribuindo para amplificar discursos que legitimam suas agendas e reforçam posições já consolidadas nos segmentos mais desinformados da opinião pública.

> Sem abandonar suas duas negações, as elites nunca vão parar de encontrar soluções inovadoras para o problema das *fake news* – assim como nunca deixaram de encontrar soluções inovadoras para as alterações climáticas. Os dois problemas compartilham certa similaridade: assim como as alterações climáticas são o subproduto natural do capitalismo fóssil, as *fake news* são o subproduto do capitalismo digital (MOROZOV, 2018, p. 186).

[1] Com base em dezenas de definições disponíveis na internet, são considerados "laboratórios de pensamento", composto por diferentes pessoas que procuram causar influência na política.

Esse é o resultado de anos de negligência – apelidados ordinariamente como autorregulação – em relação ao uso da rede e a falta de transparência sobre os mecanismos que lhes são peculiares. É como se o desenvolvimento da internet tivesse levado em consideração vários aspectos, mas não considerou o poder que esse tipo de ferramenta de comunicação tem em minar a democracia e a capacidade das pessoas acessarem a realidade fora de um tipo de bolha que os algoritmos mais sofisticados geram.

Na esteira dos usos praticados nesse complexo, há a fragmentação de discursos já consolidados, como o discurso científico, por exemplo. A ciência, que outrora ocupou papel central no desenvolvimento da internet e simbolizou os ideais iluministas de razão, progresso e universalidade, tem sido progressivamente deslocada para uma posição secundária – quando não convertida em alvo de desconfiança e hostilidade. A figura do cientista, que antes representava a autoridade do saber, hoje precisa não apenas sustentar suas hipóteses, mas também justificar a legitimidade da ciência como forma de conhecimento.

Esse deslocamento revela uma crise epistemológica em curso e o esgotamento do próprio projeto iluminista, como apontado por Hui (2020), ao sugerir que o Ocidente atravessa uma transição histórica e filosófica. Diante de mudanças geopolíticas aceleradas e da perda de confiança nas instituições racionais, emerge a urgência de repensar os fundamentos que orientam nossa relação com o saber, com a técnica e com a verdade.

> O Iluminismo não é exceção; trata-se apenas de uma transição rumo ao destino do Ocidente. A necessidade de uma nova filosofia surge ao fim dessa transição. Contudo, é difícil identificar o que essa filosofia pode vir a ser, dada a rápida transformação da geopolítica no século XXI, impulsionada por muitos eventos notáveis – como o 11 de Setembro – que revelaram a vulnerabilidade do Ocidente e a ascensão da China, que está silenciosamente reconfigurando a ordem mundial a partir de seus planos de desenvolvimento em lugares como África, América Latina e Pacífico Sul (HUI, 2020, p. 77-78).

É curioso explorar como nos dias de hoje ter uma postura que se conecte com o Iluminismo pode até ser considerado conservador, dependendo do prisma. A que ponto chegamos, precisamos nos concentrar em soluções conservadoras, temendo medidas que possam ser ainda piores e retrógradas.

> Por que não considerar outra forma de aceleração que não leve a velocidade a seus extremos, mas que mude a direção do movimento, que dê à tecnologia um novo referencial e uma nova orientação no que diz respeito ao tempo e ao desenvolvimento tecnológico? Caso o façamos, poderemos também imaginar uma bifurcação do futuro, que, em vez de se mover em direção ao apocalipse, se multiplica e dele se afasta. Mas o que significa dar à tecnologia um novo referencial? Para que isso seja possível, precisamos refletir sobre como nos reapropriar da tecnologia moderna por meio da reflexão sistemática e da abordagem da questão das epistemologias e das epistemes à luz de *múltiplas cosmotécnicas* – ou, colocado de modo mais simples, da

> tecnodiversidade que possa ser localizado na história e que ainda seja produtiva (HUI, 2020, p. 88).

Percebamos que é necessário que nos apropriemos do discurso científico na tentativa de nos blindar contra discursos populistas. O discurso científico nos permitirá a correta avaliação dos discursos, garantindo que os discursos falem além das emoções e sentimentos. É o discurso científico – mesmo com tantos problemas – que nos permitirá a superação da pós-verdade.

Para tanto, é necessário que ponderemos sobre o estatuto da ciência no contexto atual da tecnologia e como os discursos extremistas que em boa medida são oriundos da rede atravessam a construção de um horizonte racional e tangível. Para que isso seja possível é essencial que qualquer construção racional leve em consideração as novas formas de propagação de ideias, conquanto a construção científica é juntamente com as instituições democráticas alvo de novos interesses.

Avritzer (2019) faz um panorama interessante sobre a eclosão dos meios digitais como ferramenta de ataque político no Brasil. Para ele, no Brasil, o início desse processo se dá em 2013 com o lançamento do perfil público das redes sociais do Movimento Brasil Livre – MBL. Esse perfil inaugura um novo momento para a direita, historicamente envergonhada, atribuiu para si o lugar de "centro" no espectro político disputado entre direita e esquerda. O perfil virtual possibilitou a retomada pública das ideias da extrema direita brasileira que, embora inicialmente pautada em certo discurso liberal, passou a namorar com uma pauta reacionária da extrema direita, ao protagonizar ataques em 2017 à liberdade de expressão artística:

> exposições de arte foram atacadas ou canceladas em Porto Alegre, Belo Horizonte e Campo Grande, entre outras cidades. Nesses casos, presenciamos a radicalização da intolerância, e mais uma vez o que prevaleceu foi o caos jurídico associado à vontade pessoal de policiais e juízes, e não as premissas constitucionais. A mobilização de atores religiosos e do assim chamado liberalismo, em surpreendente união, exerceu forte papel antidireitos na conjuntura. Do lado dos atores religiosos, em especial dos neopentecostais, não há novidade na demarcação do campo político. A novidade é a forte relação, em sentido contrário, entre uma representação parlamentar conservadora e uma representação religiosa conservadora (AVRITZER, 2019, p. 130-131).

Aqui merece destaque como se deu o processo de representação desses discursos radicais: por meio da eleição de seus representantes. A maneira pela qual esses representantes foram eleitos é legítima, embora denote uma espécie de nova cruzada, na qual a figura do inimigo é constantemente ressignificada. É por meio da demonização dos inimigos – agora a liberdade de expressão, antigo valor liberal, a escola e a liberdade de cátedra – que a pauta radical busca avançar sobre. A forte adesão brasileira a essa pauta, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, é sintomática de um Estado que não significa de forma adequada seu passado histórico.

Há a predominância de valores religiosos sobre a pauta liberal e qualquer ensaio de postura

liberal é atacada e rechaçada pelos atores que estavam envergonhados no passado e que agora representam boa parte do eleitorado brasileiro. Em verdade, não é questão de conservadorismo – pois como dito anteriormente, vivemos dias em que ser conservador é quase sinônimo de ser progressista – e sim de radicalismo.

Tudo parecia estar dentro dos limites institucionais, não fosse o ecoar estrondoso de uma tentativa de golpe ao final da corrida eleitoral de 2022 que culminou com o ataque à democracia em janeiro de 2023, organizado por intermédio das redes sociais virtuais.

A discussão acerca do uso das redes sociais e das *fake news* de forma ostensiva tem que pautar o debate público, e aqui, mais uma vez a implicação de inimigos imaginários e demonificados é a tônica, pois

> não temos como deixar de discutir a ação dos atores neopentecostais durante o processo eleitoral de 2018. Aqui, apareceu de forma inédita uma associação entre valores conservadores, ação religiosa e meios digitais ao longo da campanha de Jair Bolsonaro — a rigor, uma campanha privada na medida em que o candidato não tinha tempo no horário eleitoral gratuito e se valeu intensamente do aplicativo de troca de mensagens WhatsApp, uma das formas mais fechadas de comunicação na internet. Foi lá que se associaram religião e notícias falsas (as *fake news*), e por meio desse aplicativo circularam informações sobre o assim chamado "kit gay" — associado ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad —, que Bolsonaro já havia tentado disseminar, de forma não exitosa, em sua entrevista de agosto no Jornal Nacional (AVRITZER, 2019, p. 131).

Curioso notar que o debate público ficou associado aos disparos de mensagens nas redes sociais, muitos, inclusive é sabido hoje em dia, patrocinados por grupos de empresários, o que é prática considerada ilegal pelo Tribunal Superior Eleitoral Brasileiro[2].

Outro fato curioso é como as redes sociais e o aparato desinformativo foram tão importantes para eleger um candidato a presidenta, haja vista que Bolsonaro praticamente não participou de nenhum debate com os outros candidatos e não discutiu nenhum ponto de seu plano de governo, i.e., se é que podemos considerar o conjunto de slides publicado como plano de governo[3]. Nesse caso, podemos concluir que se houve diálogo com o então candidato, esse diálogo se deu por vias indiretas, distantes do debate lúcido e transparente que deveria dar a linha de uma campanha para um cargo público eletivo e teve o benefício do obscurantismo que a rede tão bem consegue açambarcar. Essa forma de fazer política, nova e pouco compreendida no contexto das eleições de 2018, tornou-se alvo

[2] Veja mais em *Empresários financiaram disparos em massa pró-Bolsonaro no Whatsapp, diz jornal*, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html. Consulta em 23.mar.2021.

[3] Disponível em https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em 23.mar.2021.

de CPMI[4] e ficou nacionalmente conhecido como "gabinete do ódio", que teve endereço fixo[5].

São muitos cruzamentos de questões e qualquer análise dos elementos apresentados aqui pode suscitar ainda outras análises mais profundas. As conexões entre atores neopentecostais e a atuação de grupos de empresários engajados num discurso de ódio, tudo isso fomentado pela ausência de uma reflexão profunda sobre a história recente brasileira, a não superação de um modelo militarizado do Estado, os acordos que anistiaram criminosos durante o período de ditadura militar, tudo isso e ainda mais tem criado um caldo de cultura altamente fértil para novos erros históricos e a ponta de lança para esses novos erros é a prática reiterada da desinformação fomentada pela desinformação.

O uso da tecnologia adiciona novas camadas ao que podemos chamar de mundo real e em nossos dias anda em voga uma constante revisão dos fatos históricos por aquelas pessoas que reivindicam um passado de glória que não existiu no Brasil. O que se pretende, em verdade, é proceder com uma revisão que traga significado à crise de histeria coletiva que acompanha alguns militantes mais extremados da direita brasileira. Nesse ínterim, o uso da tecnologia funciona como uma nova dimensão da realidade; partindo desse pressuposto, se está na rede, não importa a fonte da informação, pode ser considerado verdade.

Esse fenômeno pode ser pensado a partir das premissas de Jonathan Crary, segundo ele, "A disseminação e a adoção de tecnologias *wireless*, que aniquilam a unicidade dos lugares e dos acontecimentos, é simplesmente um efeito colateral de novas exigências institucionais" (CRARY, 2016, p. 40).

Dessa forma, um mundo *wireless* não teria um lugar; a informação não tem um lugar e por isso não há necessidade de reivindicação daquela informação, o que, consequentemente, faz com que a fonte deixe de ser importante. Dessa forma "A vida cotidiana não tem mais relevância política – resiste apenas como situação oca de sua antiga substancialidade" (CRARY, 2016, p. 83).

É a partir desse prisma que podemos compreender a quem interessa esse ecossistema desinformativo. Enquanto notícias falsas forem capazes de manter um engajamento constante de milhões de pessoas ao redor do mundo com elas compartilhando suas informações pessoais para as grandes corporações da área de tecnologia, ficará difícil sairmos desse mundo polarizado e conseguirmos nos compreender mutuamente. Dado o fato da superficialidade das informações que costumam ser compartilhadas – superficiais, mas com uma carga emocional altíssima, obviamente – o que acompanha é a facilidade de compartilhar para novos grupos.

---

[4] Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instituto do Senado Federal do Brasil, que tem por finalidade investigar e tomar depoimentos para elucidar uma questão de interesse público.

[5] Cf. *O que é o "gabinete do ódio" que está na mira da CPI das Fake News*. Disponível em https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-12-06/o-que-e-o-gabinete-do-odio-que-esta-na-mira-da-cpi-das-fake-news.html. Acesso em 24.mar.2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de pós-verdade, assistimos não apenas à corrosão dos critérios de veracidade, mas também ao colapso de qualquer senso de decoro ou responsabilidade pública. Surge, então, o que Hal Foster (2021) chama de sociedade da pós-vergonha – um ambiente em que o absurdo não desqualifica, mas impulsiona. Como ridicularizar um líder que não se constrange? Como criticar estratégias que não buscam coerência, mas apenas ruído e atenção? Quando o grotesco é incorporado como método e o escândalo vira capital político, perde-se a eficácia das ferramentas tradicionais da crítica. A política deixa de ser um campo de construção racional para se tornar um palco de performances dissonantes, onde a disfunção estética substitui o argumento e o delírio ocupa o lugar do projeto.

Essa lógica revela, em parte, o que Freud ([1921] / 2011) identificou como uma regressão à psicologia de grupo de horda, em que a figura de autoridade – agora ampliada e midiatizada – é investida de uma força simbólica desproporcional. O líder deixa de ser um gestor de consensos para assumir o papel do "pai primordial" temido e desejado, a quem se atribui o poder de resolver contradições por meio do comando absoluto. Nesse cenário, a política não se organiza mais em torno de programas, mas de afetos intensificados, identificações precárias e fantasias de pertencimento. O apelo à autoridade irrestrita encontra terreno fértil numa massa que não busca mais representação, mas submissão simbólica e espetáculo. O problema da pós-vergonha, portanto, não está apenas no líder que a encarna, mas em uma cultura política que passou a premiar o ridículo, a performatividade vazia e a pulsão autoritária disfarçada de autenticidade.

A desinformação organizada se mostrara capaz de definir resultados eleitorais e vem sendo determinante na epidemia anticiência que estamos vivendo. São elas as principais responsáveis pela pós-verdade, esse sentimento que traz para a roda de conversa os elementos emocionais em detrimento da razão.

Existem diversas formas de superarmos o caos político em que vivemos; fazermos um esforço para compreendermos os primórdios da rede pode ser algo além da pura nostalgia, pode ser um exercício para percebermos onde perdemos o controle, para que busquemos esse controle novamente.

A internet deve ser estruturada com base nas necessidades das pessoas e não as necessidades das pessoas estruturadas com base na internet. Não podemos nos permitir sermos o produto comercializado nas bolsas de valores e para isso, a integridade da rede é fundamental. Somente de acordo com valores bem definidos, pautados na ética e na privacidade, a rede poderá nos fazer favor.

Ademais, a respeito das proliferação desinformativa, é necessário que as empresas de tecnologia sejam responsabilizadas por cada atentado contra a ciência e contra a democracia que são perpetrados graças à desinformação, pois, se a rede é regulada por essas grandes empresas, deve ser

de responsabilidade delas o que poderia ser evitado caso o produto comercializado não fôssemos nós e nossos *likes*.

Se certa manhã você acordar metamorfoseado em algum tipo de coisa diferente do que você era ao dormir, é que a rede foi reconfigurada ao ponto de te fazer perceber que você já não é mais o mesmo Gregor de antigamente, a rede detém mais informações sobre você e agora até seu sono está sendo compartilhado em algum banco de dados. Podemos fazer ideia de como será isso no futuro?

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil; VIEJO, Manuel, 2019. "**Empresários financiaram disparos em massa pró-Bolsonaro no Whatsapp, diz jornal**". *El País*. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html>>. Acesso em: 23 de mar 2021.

AVRITZER, Leonardo, 2019. **O pêndulo da democracia**, Todavia, São Paulo.

CRARY, Jonathan, 2016. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**, Ubu Editora, São Paulo.

FOSTER, Hal, 2021. **O que vem depois da farsa?** Ubu Editora, São Paulo.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [1921].

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

HARARI, Yuval Noah, 2018. "Pós-verdade: Algumas fake news duram para sempre", IN: HARARI, Yuval Noah, 2018. **21 lições para o século 21**, Companhia das Letras, São Paulo.

HUI, Yuk, 2020. **Tecnodiversidade**, Ubu Editora, São Paulo.

MCINTYRE, Lee, 2019. **The Scientific Attitude — Defending Science from Denial, Fraud, and Pseudoscience**. The MIT Press, Massachusetts.

MOROZOV, Evgeny, 2018. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**, Ubu Editora, São Paulo.

KURBALIJA, Jovan, 2016. **Uma introdução à governança da internet**. Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo.

WEISER, Mark. **The Computer for the 21st Century**. *Scientific American*, v. 265, n. 3, p. 94-104, 1991.